



Meirelles (E) fala aos parlamentares da Comissão Mista de Orçamento; ao seu lado, o deputado Mendes Ribeiro, o senador Leomar Quintanilha e o deputado João Oliveira

Meirelles garante que Banco Central prevenirá inflação

O BC decidiu que “não correrá atrás dos prejuízos” e vai combater a inflação, que “afeta os trabalhadores”, disse Henrique Meirelles. **Página 3**

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIV – Nº 2.813 – Brasília, quinta-feira, 29 de maio de 2008

Cinco comissões acolhem emendas à proposta da LDO

Cinco das 11 comissões permanentes do Senado aprovaram ontem as suas emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLN 1/08). Cada um desses colegiados pode apresentar até cinco emendas ao anexo de Prioridades e Metas da lei.

As comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE), de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), de Assuntos Sociais (CAS), de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) concluíram ontem a análise.

As demais têm prazo até amanhã, sendo que as comissões de Relações Exteriores (CRE), de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), de Infra-Estrutura (CI) e de Constituição e Justiça (CCJ) marcaram reuniões para hoje com esse fim.

Os recursos aprovados pela CAS, com relatoria de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), foram da ordem de R\$ 110 milhões. Na CE, o relator foi Virgínio de Carvalho (PSC-SE), e na CDH, Paulo Paim (PT-RS). Na CRA, as emendas foram relatadas por Valter Pereira (PMDB-MS), e na CCT, por Antonio Carlos Júnior (DEM-BA).



Aprovadas MPs sobre portos e segurança

O Plenário aprovou ontem quatro das dez medidas provisórias que obstruíam a pauta. Duas MPs acolhidas tratam de segurança pública - ampliação do Pronasci e registro e posse de armas. Outra prorroga incentivos fiscais à ampliação e modernização dos portos (Reporto). A última integra o pacote tributário adotado pelo governo para compensar parcialmente a queda de arrecadação decorrente do fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). **Página 3**



Garibaldi Alves (D) conversa com os líderes Arthur Virgílio (de pé) e Romero Jucá



Mobilização do Plenário permitiu avanço nas votações, que serão retomadas na sessão de hoje

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, pediu ontem, ao participar de missa por Jefferson Péres, que “sua vida possa se constituir num grande clarão” para ajudar o Parlamento. **Página 7**

Para impedir os abusos com cartões

Sub-relatores apresentam sugestões para fiscalizar cartão corporativo. **Página 7**

Teatro deve ter Secretaria Nacional?

Produtores apóiam proposta, que enfrenta resistência do governo. **Página 8**



Senadores buscam colaboração e parcerias para o desenvolvimento de mecanismos que inibam crime por meio da internet

CPI da Pedofilia ouve hoje presidente do site MySpace

A CPI da Pedofilia aprovou ontem requerimento do senador Magno Malta (PR-ES) convidando Gil Torquato, diretor de Relações Institucionais do UOL, a prestar esclarecimentos sobre páginas de bate-papo na internet mantidas pelo provedor.

A intenção da comissão, ressalta o parlamentar, é buscar colaboração e parcerias para o desenvolvimento de mecanismos que permitam coibir a pedofilia por meio da internet. Para isso, os parlamentares ouvem hoje Emerson Calegaretti, presidente do site de relacionamentos

MySpace.

Magno Malta destacou os resultados do diálogo entre a CPI e o Google, permitindo a quebra de sigilo de 3.261 álbuns fechados do Orkut, nos quais já foram identificados mais de 500 usuários que divulgavam material pedófilo.

Na reunião, o relator da CPI, senador Demostenes Torres (DEM-GO), informou sobre os avanços na elaboração de um termo de ajustamento de conduta a ser assinado pelo Google, definindo procedimentos da empresa que contribuirão com investigações da Justiça brasileira sobre

crimes praticados por meio da rede mundial de computadores.

– Também estão sendo desenvolvidas ferramentas, filtros, para prevenir o uso criminoso da internet. É uma luta constante, que requer a cooperação entre todos os provedores – frisou Demostenes.

Os parlamentares aprovaram ainda outros sete requerimentos, três deles relacionados a processos judiciais contra Carlos Eduardo Ivancko e Ana Paula Silva, presos em Uberlândia (MG) sob acusação de abuso sexual de crianças.

Polícia Federal poderá buscar investigados

Quatro dos cinco investigados por abuso sexual contra duas adolescentes em Niquelândia (GO), convocados pela CPI da Pedofilia, não compareceram ontem para prestar depoimento

e serão notificados sobre nova convocação. Segundo Magno Malta, presidente do colegiado, “eles podem ser trazidos pela Polícia Federal” caso não se apresentem em nova data a ser marcada pela CPI. Apenas o vereador Neira Matos Ribeiro de Araújo compa-



Na reunião da CPI, Demostenes (E), Malta e Neira Matos

receu ao depoimento, mas utilizou o direito legal de permanecer calado e se recusou a responder as perguntas dos senadores.

Neira Matos e os outros quatro convocados – os ex-secretários municipais Rusley Olegário Dias e Gláucio Almeida Soares, o

ex-chefe de gabinete da prefeitura José Geraldo Pedroni e Anderson Rocha, motorista da prefeitura de Niquelândia – foram condenados em primeira instância por abuso

sexual contra menores e apresentaram recurso da decisão. O prefeito Ronan Rosa Batista foi julgado em segunda instância e teve seu processo arquivado. Para Malta, esse é um caso emblemático, que evidencia brechas na legislação e tratamento privilegiado.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Homenagem à Pestalozzi

A sessão, às 14h, é deliberativa. A hora do expediente será dedicada à homenagem dos 60 anos de existência da Associação Pestalozzi de Niterói (RJ). A pauta continua trancada por medidas provisórias.

Garibaldi abre seminário

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, abrirá, às 14h20, no auditório do Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo, o I Seminário de Planejamento Estratégico. Às 16h, ele preside a ordem do dia em Plenário.

Comissão vota emendas ao projeto da LDO e indicações

Às 10h, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) vota as emendas apresentadas ao Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para

2009. Às 11h, analisa as indicações dos diplomatas Affonso José Santos e Fernando José Marroni de Abreu para exercerem o cargo de embaixador do Brasil,

respectivamente, no Congo e na Jordânia. Também em pauta a indicação de Maria Nazareth Farani Azevedo para delegada permanente do Brasil em Genebra.

ZPE em Goiânia e assistência para habitações de interesse social

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), às 10h, discute e vota as emendas ao Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2009. Em seguida, analisa projeto de criação de zona de processamento de exportação (ZPE) em Goiânia e proposta que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social.



Ciclo de debates estuda controle público como forma de cidadania

Às quintas-feiras, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) analisa o controle público como instrumento de cidadania. O tema do ciclo de debates que a CMA realiza, às 9h, é “Instrumentos e procedimentos de controle 2 – A repressão aos atos irregulares”. A mesa será coordenada

por Eliseu Resende (DEM-MG). Estão convidados o presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Walton Rodrigues; o procurador da República José Adércio Leite Sampaio; o diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), Luiz Antônio Pagot; e o jornalista Ribamar Oliveira, de *O Estado de S. Paulo*.



Infra-Estrutura

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) se reúne, às 11h, para discutir e votar as emendas apresentadas ao projeto da LDO para 2009.

Lançamento

O lançamento do livro *Movimento Pestalozzi e os Caminhos da Educação Especial* ocorre às 18h30, na Biblioteca do Senado.

CPI da Pedofilia

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia realiza, às 10h, audiência com a presença do presidente do site MySpace, Emerson Calegaretti.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Moraes

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br/jornal | jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – 70165-920 Brasília (DF)

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves, Alvaro Dias e Romeu Tuma

Meirelles: Banco Central combaterá a inflação “de forma preventiva”

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, afirmou ontem aos deputados e senadores que o Banco Central decidiu que “não correrá atrás dos prejuízos” e vai combater a inflação, “pois ela afeta principalmente os trabalhadores”. Para ele, o custo de combater a inflação “de forma preventiva” é muito menor para o país comparando-se com seu combate depois de sua disseminação pela economia. Na próxima semana, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidirá se aumenta a taxa básica de juros para evitar a alta da inflação.

Em debate na Comissão Mista de Orçamento (CMO), Meirelles sustentou que “começou a arrefecer” a crise de crédito internacional, que trouxe prejuízos financeiros já calculados em US\$ 400 bilhões. Ele disse que os Estados Unidos ainda correm risco de recessão e que “há uma grande preocupação” com os sinais de desaquecimento da economia européia.

– Os países emergentes, incluindo o Brasil, têm mostrado uma resistência maior do que se

esperava.

Os riscos de uma estagnação econômica com inflação, como ocorreu em países ricos após os aumentos do petróleo da década de 70, “hoje são muito menores, graças à independência dos bancos centrais”, que “têm mais compromisso com a estabilidade”, declarou.

Respondendo ao senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), Meirelles opinou que a crise do crédito imobiliário dos EUA ainda não está controlada. Afirmou que “pelo menos 16 países” afetados com a crise financeira internacional já estão tomando medidas de combate inflacionário.

Questionado por Eduardo Suplicy (PT-SP), ele não quis comentar a possível compra da Nossa Caixa pelo Banco do Brasil, ponderando que a operação ainda não é considerada como certa. Meirelles compareceu ao Congresso para falar da política monetária, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal. A reunião foi dirigida pelo presidente da CMO, deputado Mendes Ribeiro Filho.



Paim diz que países latino-americanos já registram alta nas taxas de inflação

Paim alerta para preço de alimentos e do barril de petróleo

“Estamos com a luz amarela acesa, e por isso todo cuidado é pouco.” O alerta partiu de Paulo Paim (PT-RS), ao comentar a alta da inflação, movimento mundial estimulado especialmente, a seu ver, pelo aumento dos alimentos e pela alta do barril de petróleo. “As notícias não são boas”, avaliou.

Paim mencionou dados de países latino-americanos, cujos índices de inflação entre março de 2007 e março de 2008 se elevaram, como o Peru, que pulou de 0,2% para 5,5%. O Brasil está em uma posição um pouco mais confortável: passou de 3% para 4,5% no período. A criação da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) também foi por ele considerada importante na luta para conter o “dragão adormecido”.



Ideli: bancadas ligadas ao agronegócio defendem renegociação de dívidas

Ideli vê contradição nos defensores da redução de gastos

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), questionou a defesa do corte de gastos públicos feita pela oposição. Ela exigiu dos críticos dos gastos sociais e das intervenções financeiras que apontem onde o governo pode reduzir despesas sem comprometer o funcionamento do Estado e a condução da economia do país.

– Em várias matérias, artigos e discursos, há sempre a sugestão de cortar, porque o governo está gastando muito, e que a inflação só pode ser solucionada se cortarmos gastos – criticou Ideli, observando que, paradoxalmente, as bancadas ligadas a setores como o agronegócio sistematicamente propõem a renegociação de dívidas, o que acabaria dependendo da intervenção do Estado.

Segurança pública, incentivo fiscal à modernização dos portos e compensação ao fim da CPMF são temas de quatro MPs acolhidas

Senado aprova MPs sobre armas e controle da criminalidade

O Senado aprovou ontem quatro medidas provisórias, mas outras seis ainda obstruem a pauta. Duas das MPs tratam de segurança pública – ampliação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) e registro, posse e comercialização de armas. Uma das MPs prorroga incentivos fiscais no âmbito do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto), e a última integra o pacote tributário adotado pelo governo para compensar parcialmente a queda da arrecadação depois do fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

O Projeto de Lei de Conversão 11/08, proveniente da Medida Provisória 416/08, modificou o Pronasci com o objetivo de ampliar o alcance do programa, destinado a articular ações para prevenção, controle e repressão da criminalidade, por meio do estabelecimento de políticas sociais e ações de proteção às vítimas. O projeto vai à sanção.

O relator-revisor do PLV, senador Valter Pereira (PMDB-MS),



Plenário retoma hoje as votações de medidas provisórias que obstruem a pauta

deu parecer favorável à matéria e destacou que as mudanças no Pronasci vão valorizar intervenções de ressocialização de pessoas envolvidas com a criminalidade. Os senadores Romeu Tuma (PTB-SP), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Mário Couto (PSDB-PA) elogiaram os objetivos das ações previstas.

Armas

Outra medida aprovada à noite pelo Plenário do Senado altera a Lei 10.826/03, que trata do registro, posse e comercialização de armas de fogo, além de definir crimes e criar o Sistema Nacional de Armas (Sinarm). As alterações

constam do Projeto de Lei de Conversão 12/08, proveniente da Medida Provisória 417/08. Aprovado na forma como veio da Câmara dos Deputados, o PLV vai agora à sanção.

O relator-revisor, Raimundo Colombo (DEM-SC), lamentou o fato de a proposta ter chegado ao Congresso na forma de MP, o que “limita absurdamente o trabalho do relator”. Por conta da exiguidade do prazo – a validade da MP expira no próximo dia 4 –, duas emendas propostas por Aloizio Mercadante (PT-SP) serão tratadas posteriormente em projetos de lei.

Incentivo à modernização dos portos é acolhido

O Plenário do Senado aprovou ontem a prorrogação, até 31 de dezembro de 2011, do prazo para aquisição de máquinas e equipamentos com isenção fiscal por meio do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto). A proposta – PLV 10/08, oriundo da MP 412/07 – agora será encaminhada à sanção presidencial.

A matéria foi aprovada tal como veio da Câmara, sem as emendas apresentadas pela relatora da proposta, senadora Kátia Abreu (DEM-TO), graças a um acordo mantido com o senador Romero Jucá (PMDB-RR). O líder do governo garantiu que a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) estuda alterações em uma resolução que, no entender de Kátia Abreu, limitaria a atuação dos portos mistos (com participação pública e privada) na movimentação de cargas.

A Resolução 517/05 da Antaq exige que os interessados em investir em portos mistos disponham de mercadoria própria que justifique o empreendimento. Para contornar a exigência, uma das emendas apresentadas por Kátia Abreu estabelecia que os portos mistos poderiam movimentar cargas próprias ou de terceiros em porcentagem livre, conforme já previsto pela Lei 8.630/93.

Fim da CPMF é compensado por um pacote de medidas

Por 39 votos a 20 e uma abstenção, os senadores acolheram uma medida provisória que faz parte do pacote tributário adotado pelo governo para compensar parcialmente a queda da arrecadação depois do fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). O PLV 14/08, proveniente da MP 413/08, aumenta de 9% para 15% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das instituições financeiras, das empresas de seguros privados e de capitalização. A matéria vai à sanção presidencial.

A proposta também reduz a zero as alíquotas do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) na compra de veículos destinados ao transporte escolar rural. De acordo com a justificativa do governo, a MP estimula ainda os investimentos e a modernização do setor de turismo, reforça o sistema de proteção tarifária brasileiro e estabelece incidência de forma concentrada da contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins na produção e comercialização do álcool. Ao todo, o PLV modifica 15 leis e uma MP (2.158-35/01). O relator César Borges (PR-BA) criticou o pouco tempo que a Casa teve para discutir a matéria, mas deu parecer favorável ao mérito.



PUBLICIDADE DE BEBIDAS

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) – foto – apelou pela aprovação de projeto de sua autoria que proíbe a publicidade de bebida alcoólica na televisão e no rádio. O senador disse que requererá urgência para que a matéria (PLS 182/03) seja votada em Plenário. Ele enfatizou que o governo gasta em tratamentos hospitalares devido a acidentes nos quais o condutor ingeriu bebida o triplo do que recebe na tributação de alcoólicos.

CAMATA VÊ NAS DROGAS UMA AMEAÇA À JUVENTUDE

As drogas representam, atualmente, uma das maiores ameaças à juventude no Brasil, afirmou ontem o senador Gerson Camata (PMDB-ES).

Por isso, ele reivindicou a presença do Exército nas fronteiras do país para impedir a entrada de drogas e o aumento da pena para traficantes.

VIANA COMEMORA INDENIZAÇÃO

Um acordo que vai garantir indenização a Moisés de Souza Soares, que, em janeiro de 2007, sofreu um acidente na cidade de Sobradinho (DF), foi comemorado por Tião Viana (PT-AC).

Na ocasião, com apenas 4 anos de idade, Moisés caiu em terreno utilizado pela empresa Ciplan como depósito de munha de carvão, resíduo da indústria de cimento, vindo a sofrer queimaduras generalizadas e mutilações.



Mário Couto critica intenção do governo de criar contribuição

“É inacreditável”, disse ontem o senador Mário Couto (PSDB-PA), ao comentar a intenção do governo federal de criar um tributo com o nome de Contribuição Social para Saúde (CSS). Na opinião do senador, trata-se de uma tentativa do governo de recriar a extinta Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

– Vamos combater com unhas e dentes qualquer aumento de cobrança para o povo brasileiro – prometeu Mário Couto.

Citando a imprensa, ele afirmou que a arrecadação do governo federal com impostos e outras contribuições somou R\$ 221,4 bilhões nos quatro primeiros meses de 2008, R\$ 33,6 bilhões a mais que igual período de 2007.



Mário Couto anuncia que vai combater “com unhas e dentes” o novo imposto

Carga tributária no Brasil já é muito grande, afirma Garibaldi

Presidente do Senado diz que seria mais adequado ampliar a taxaço de cigarros e bebidas para repor a receita perdida com o fim da cobrança da CPMF

Uma contribuição que ampliasse a taxaço de determinados setores da economia, como os de cigarros e bebidas, seria mais adequada para repor a receita perdida com o fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) do que a Contribuição Social para Saúde (CSS) que a Câmara dos Deputados pretendia votar ainda na noite de ontem. A opinião é do presidente do Senado, Garibaldi Alves, expressa ontem aos jornalistas.

Ao ser indagado sobre a necessidade de criar uma contribuição num momento em que o governo registra recordes de arrecadação tributária, Garibaldi reconheceu que impor esse novo tributo à sociedade não é justo. Ele também observou que, se acolhida na Câmara, a iniciativa vai gerar intenso debate no Senado, “apesar de ser mais fácil aprovar uma contribuição dessas por meio de projeto de lei complementar”.



Garibaldi acredita que quórum mais baixo ajuda tributo

– Eu acho que a solução poderia vir naturalmente da arrecadação ou de uma contribuição que taxasse determinados setores, como bebidas e cigarros [entre outros produtos]. Mas, no Senado, nós poderemos ter a aprovação sem as dificuldades que se registraram quando da votação da antiga CPMF, que, inclusive, foi derrotada – frisou.

Para o presidente, a oposição tem menos chances de repetir a façanha de dezembro, porque o

quórum para aprovação do novo tributo é muito mais baixo e os recursos gerados serão exclusivos para a saúde.

– Mas, mesmo assim, eu acho que deveria ser encontrada outra solução, porque a carga tributária já é muito grande no Brasil – ressaltou.

Células-tronco

Na mesma entrevista, o presidente do Senado se disse favorável à tendência dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) com relação à definição da constitucionalidade das pesquisas com células-tronco.

Vereadores

Questionado se a proposta de emenda à Constituição aprovada pela Câmara para aumentar em 8 mil o número de vereadores do país terá prioridade no Senado, Garibaldi afirmou: “Se chegar aqui antes do dia 30, para que possa entrar em vigência, acredito que a matéria seja votada”.

Virgílio diz que governo, com nova CPMF, rompe acordo

Arthur Virgílio (PSDB-AM) atribuiu “à gula pantagruélica do governo” a tentativa de impor ao Congresso a criação de um tributo para substituir a extinta Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, sob a justificativa de suprir a demanda de recursos exigidos pela regulamentação da Emenda 29, que obriga a destinação de cerca de R\$ 5,5 bilhões por ano para a Saúde.

O senador afirmou que, depois de derrubada a CPMF, o governo criou e elevou outros impostos, desrespeitando, inclusive, acordo com os líderes de partidos, entre eles, da oposição, quando da aprovação da Desvinculação das Receitas da União (DRU), na época um tema muito polêmico.



Arthur Virgílio entende que governo desrespeitou acordo com os líderes

Valadares pede “critério filosófico” para pesquisas com embriões

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) recomendou “que se busque o máximo de critério filosófico” na definição do início da vida humana, de modo que se possa agir eticamente quanto às pesquisas genéticas.

O senador disse que não poderia se omitir sobre o assunto ontem, no momento em que o Supremo Tribunal Federal retomava o julgamento sobre os estudos com células-tronco de embriões humanos.

Valadares reconheceu que determinar com precisão o início da vida humana é um “grande desafio, que exigirá responsabilidade, maturidade e coragem”. Saber até que ponto se pode sacrificar um embrião para a pesquisa “é tarefa difícil, ainda que imprescindível para que a ciência possa prosseguir com seu trabalho”.

Para ele, a ciência está novamente abalando o conceito de que a essência do indivíduo



Determinar o momento em que se inicia a vida humana é um desafio, diz Valadares

está nos genes, mandando que se considere tanto as características inatas como as adquiridas para que se possa construir um indivíduo.

Julgamento sobre células-tronco foi suspenso no STF e prossegue hoje

O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu o julgamento da ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pela Procuradoria Geral da República, que questiona a constitucionalidade das pesquisas com células-tronco embrionárias, autorizadas pelo texto da Lei de Biossegurança. O julgamento começou no dia 5 de março, foi retomado ontem, e terá prosseguimento hoje, às 14h.

Até agora, oito ministros apresentaram seus votos sobre a ação (ADI 3510), do ex-procurador-geral Cláudio Fonteles. Quatro a consideram totalmente improcedente. Os outros quatro permitem as pesquisas com células-tronco, mas fazem diversas restrições ao texto atual da lei. Faltam votar os ministros Marco Aurélio, Celso de Mello e o presidente do STF, Gilmar Mendes.

Leopoldo Silva



Suplicy apresentou requerimento para audiência em comissão

Debate sobre a venda da Nossa Caixa

Eduardo Suplicy (PT-SP) informou ontem ter apresentado requerimento para a realização de audiência pública, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), sobre a possibilidade de aquisição da Nossa Caixa, banco estadual paulista, pelo Banco do Brasil. A hipótese foi veiculada pela imprensa nos últimos dias.

O debate deve, segundo o requerimento, contar com a participação do governador de São Paulo, José Serra; do ministro da Fazenda, Guido Mantega; do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles; do presidente do Banco do Brasil, Antônio Francisco de Lima Neto; do presidente da Nossa Caixa, Milton Luiz de Melo Santos; e do diretor-geral da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Wilson Levorato.

Senadores lamentam morte de desembargador

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, lamentou na noite de ontem, durante a sessão plenária, o falecimento do desembargador e ex-presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, Ítalo José de Medeiros Pinheiro. Aos 76 anos, o desembargador foi vítima de um ataque cardíaco fulminante quando retornava de Salvador para Natal, na madrugada de ontem.

Os senadores José Agripino e Rosalba Ciarlini, do Democratas e ambos do Rio Grande do Norte, se associaram às manifestações de pesar. O criminalista, como informou a senadora Rosalba, era da cidade de Mossoró.

Em defesa de emendas que sugeriu a projeto que cria marco regulatório do gás natural, senador argumenta que, pela Constituição, atividade é competência exclusiva das unidades federativas

Jarbas quer exclusividade a estados para a distribuição de gás natural

O marco regulatório para o setor de gás natural deverá garantir aos estados a exclusividade na distribuição do produto, conforme estabelecem emendas sugeridas pelo senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) no relatório que apresentou ontem, sobre a proposta, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Segundo observou, a medida é assegurada pelo texto constitucional.

Já aprovado pela Câmara dos Deputados, onde tramitou como PL 6.673/06, o projeto (PLC 90/07), depois de examinado pela CCJ, passará ainda pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI), antes de ser votado em Plenário.

Jarbas Vasconcelos explicou na CCJ que seu relatório “ateve-se aos aspectos constitucionais da matéria, deixando para as outras comissões a análise de mérito”. Conforme justificou,



Jarbas Vasconcelos apresenta à CCJ relatório sobre a proposta do governo

a primeira emenda apresentada visa resguardar a determinação constitucional, contida no artigo 25, de que apenas os estados podem atuar nos serviços locais de gás canalizado. Ele observou que a Constituição atribui à União a atividade de transporte, mas não de distribuição.

Outra emenda proíbe que o importador utilize o gás natural para consumo próprio, em suas atividades

econômicas, sem que haja a intermediação de uma concessionária estadual de distribuição.

– Isso somente seria possível se o próprio estado assim o permitisse – ressaltou.

Petrobras

A terceira emenda elimina dois artigos do projeto que, segundo Jarbas Vasconcelos, têm a finalidade de “manter o atual regime de utilização de gás natural em refinarias e indústrias de fertilizantes da Petrobras”, ou seja,

determinar que o gás continue sendo transportado diretamente de gasodutos para as unidades industriais da empresa que são usuárias finais.

O senador argumenta que isso representa “favorecimento indevido” à estatal, que, dessa forma, não utiliza os serviços de concessionária estadual de gás canalizado, em contraste com as empresas privadas do setor. No relatório, ele sugere outras emendas.

Regras para precatório serão debatidas em audiência terça-feira

O substitutivo do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) às sete propostas de emenda à Constituição (PECs) que determina novas regras para pagamento de precatórios será debatido pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em audiência pública marcada para a próxima terça-feira, a partir das 14h. Requerimento nesse sentido, de autoria do senador César Borges (PR-BA), foi acolhido ontem pelo colegiado.

Precatórios são dívidas do poder público cujos pagamentos são ordenados por meio de sentença judicial. Valdir Raupp destaca em seu texto que estados e municípios são os que mais devem precatórios.

Serão convidados para discutir o assunto na audiência pública o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Britto; o presidente em exercício do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), Nelson Machado; o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski; e Lisa Schineller, analista da agência de classificação de risco Standard & Poor's.



Campbell Marques, Humberto de Barros (presidente do STJ), Maciel, Luis Salomão e Geraldo Nicéas

CCJ aprova três indicações para o Superior Tribunal de Justiça

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem as indicações de Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes, Luis Felipe Salomão e Mauro Luiz Campbell Marques para os cargos de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). As três mensagens presidenciais serão submetidas agora ao Plenário da Casa.

A súmula vinculante e a legalização das drogas estiveram entre os assuntos debatidos durante a sabatina dos três juristas pelos senadores. A discussão sobre a súmula vinculante foi proposta pelo senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), que destacou a polêmica criada em torno do assunto. Por esse instrumento, os juízes têm de seguir,

em suas decisões, as interpretações adotadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) ou pelos tribunais superiores quando já existir jurisprudência consolidada sobre o tema.

Jefferson Péres

No início da reunião, o presidente da CCJ, senador Marco Maciel (DEM-PE), solicitou um minuto de silêncio em homenagem ao senador Jefferson Péres, que faleceu na sexta-feira. Maciel disse que Jefferson “contribuiu para o esclarecimento de grandes questões nacionais e, especialmente, das relacionadas à Amazônia, além de ser um jurista na plena acepção do termo, o que ficou demonstrado em suas manifestações na CCJ e em seus pareceres primorosos”.

Leopoldo Silva



Senador chama atenção para relatório da Anistia Internacional

José Nery alerta para desrespeito a direitos humanos

José Nery (PSOL-PA) chamou ontem a atenção para o relatório anual da Anistia Internacional, que mostra as contradições entre o discurso e a prática do Brasil no que se refere aos direitos humanos. A entidade assinala que a principal preocupação no país continua sendo a segurança pública.

“Durante décadas, temos ouvido o Brasil com um discurso muito progressista em nível internacional, mas, ao mesmo tempo, esse discurso não tem se refletido nas garantias e nas reformas necessárias para a melhoria das pessoas que estão sofrendo mais”, declarou ontem o porta-voz da organização para o Brasil, Tim Cahill.

Na avaliação da entidade, os brasileiros que vivem em comunidades marginalizadas continuam a sofrer em meio a “níveis altos de violência, causada tanto por gangues criminosas como pela polícia”. A organização até reconhece que o governo tem adotado algumas medidas no sentido de lidar com o problema, como o lançamento, neste ano, do chamado PAC da Segurança.

O documento da Anistia aponta falta de garantia efetiva dos direitos da população indígena e relacionada índios que sofrem com doenças, como os guaranis e kaiowás, de Mato Grosso do Sul.

Greve no Pará

José Nery ainda criticou o que chamou de intransigência do governo do Pará diante da greve dos trabalhadores em educação, que já dura mais de um mês. Segundo o senador, a paralisação atinge dois terços dos municípios e prejudica milhares de estudantes.

As despesas de órgãos federais com reembolso de servidores no exercício da função – como as feitas com cartão corporativo – poderão ser divulgadas pela internet. O Senado já toma essa iniciativa

Projeto autoriza órgãos públicos a divulgarem gastos indenizatórios

Projeto que autoriza órgãos públicos a tomarem providências para divulgação, pela internet, das informações referentes a gastos públicos indenizatórios foi aprovado na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

A proposta (PLS 671/07), de Expedito Júnior (PR-RO), foi relatada na CCT por Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e ainda será examinada em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com o projeto, o presidente da República, as Mesas do Senado e da Câmara dos Deputados, o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público poderão determinar as providências para a efetiva divulgação

mensal dos gastos destinados a reembolso de despesa efetuada por servidor público no exercício da função. Os gastos relativos a Cartão de Pagamento do Governo Federal – o cartão corporativo – estão incluídos no texto e, portanto, deverão ser divulgados.

Quanto às despesas definidas por lei como reservadas ou de sigilo funcional, a proposição permite que os valores sejam divulgados de forma agregada.

Zambiasi ressaltou que o Senado já publica em sua página na internet os gastos da Casa com verbas inde-



Expedito é autor da proposta que visa tornar gastos transparentes

nizatórias. O relator informou que a Câmara dos Deputados, algumas assembléias legislativas e câmaras municipais também já tornam públicas essas despesas. Ele considera que essas iniciativas significam o início do processo de transparência.

Na opinião do presidente da CCT,

Wellington Salgado (PMDB-MG), a prática da transparência dos gastos públicos mostra que o país amadureceu. Conforme o senador, o homem público deve ter sua vida aberta e disponível à sociedade.



Comissão de Ciência e Tecnologia aprova propostas sobre divulgação de gastos públicos na internet e sobre concessão para empresas de radiodifusão

Permissão para emissoras pode ser modernizada

Alterações nos critérios para outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para execução de serviços de transmissão de rádio e televisão foram aprovadas pela Comissão de Ciência e Tecnologia. A proposta segue agora para a Comissão Diretora e depois vai a Plenário.

O projeto de resolução (PRS 11/08) é de Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) e atualiza o texto do Regimento Interno, que é de 1992. O senador

explica que a Câmara dos Deputados já fez alterações na tramitação dessas autorizações, mas o Senado, não. “Essa defasagem provoca um choque de competências entre o trabalho das duas Casas do Congresso, que, atualmente, têm desempenhado as mesmas tarefas, como a exigência de documentação específica das emissoras”, disse.

A idéia, segundo ACM Júnior, é deixar para o Senado outras atribuições, como a verificação do cumprimento

das obrigações das rádios e TVs quanto ao conteúdo de suas programações.

O relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), apresentou emenda, também aprovada pela CCT, com a finalidade de permitir à população interessada manifestar-se, no prazo de 15 dias, em relação à habilitação de emissoras em suas cidades.

Na mesma reunião, a CCT acolheu ainda 21 projetos de decreto legislativo que tratam do funcionamento de empresas de radiodifusão.

Colombo critica andamento dos trabalhos da CPI das ONGs



Colombo remarcou depoimentos que não ocorreram ontem

A rejeição dos requerimentos para quebra de sigilos bancário, telefônico e fiscal de entidades e de pessoas acusadas de utilização indevida de recursos públicos está “comprometendo profundamente” os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito das Organizações Não-Governamentais. A avaliação é do presidente da CPI, Raimundo Colombo (DEM-SC).

Para o senador, apesar da existência de “um mundo de evidências e fortes indícios de irregularidades”, a comissão não consegue ter resultados práticos nas

investigações. Na avaliação de Colombo, “concretamente” só houve a aprovação, na semana passada, de pedidos de informações encaminhados ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

A reunião que estava marcada para ontem não ocorreu porque José Garrofe Dórea, ex-presidente da Funsauúde, não compareceu para depor. Ele se encontra no exterior. Já Cleônides de Sousa Gomes, responsável pela MI Management, compareceu, mas Colombo achou por bem ouvir os dois na reunião da próxima quarta-feira, às 10h30.



João Pedro, Jayme Campos e Flexa Ribeiro em reunião de subcomissão

Desenvolvimento sustentável na Amazônia em debate

A Subcomissão Temporária para Acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia aprovou um calendário de audiências públicas para discutir o desenvolvimento sustentável da região.

Para o primeiro debate, na próxima semana, serão convidados os governadores de Mato Grosso, Blairo Maggi; do Pará, Ana Júlia Carepa; de Rondônia, Ivo Cassol; e representantes do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon).

O novo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, e o ministro da Secretaria

de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, serão convidados para audiência na semana seguinte, que será realizada em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA).

O relator da subcomissão, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), sublinhou a importância do debate.

– Nós não queremos a devastação. Nós queremos que, por meio de um zoneamento econômico e ecológico e de uma regularização fundiária, seja possível fazer a utilização ecologicamente correta de áreas já alteradas da Amazônia – disse.

Parlamentares comemoram o Dia Nacional da Mata Atlântica

A Frente Parlamentar Ambientalista realizou ontem um café da manhã na Câmara dos Deputados em comemoração ao Dia Nacional da Mata Atlântica.

O evento foi organizado pelo coordenador da Frente Parlamentar, deputado Sarney Filho (PV-MA), e pelo diretor de Mobilização da Fundação SOS Mata Atlântica, Mário Mantovani. Os senadores Serys Slhessarenko (PT-MT) e Renato Casagrande (PSB-ES) manifestaram seu apoio à iniciativa.

– As pessoas têm que entender seu papel no contex-

to da preservação do meio ambiente – disse Serys.

A diretora de Gestão do Conhecimento da fundação, Márcia Hirota, apresentou dados do *Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica*. Ela ressaltou que, apesar de restarem apenas 7,26% da área original, houve uma queda de 69% no nível de desmatamento da área entre 2000 e 2005.

– Infelizmente, ainda precisamos de eventos para que instituições como a SOS Mata Atlântica recebam visibilidade – declarou Casagrande.



Serys participa de evento da Frente Parlamentar Ambientalista

José Cruz



Cláudia Lyra, secretária-geral da Mesa do Senado, recebe documento de Heloísa Helena

Presidente do PSOL entra com representação contra Marconi

Uma representação contra o senador Marconi Perillo (PSDB-GO) foi protocolada na Secretaria Geral da Mesa do Senado na manhã de ontem, pela presidente nacional do PSOL, ex-senadora Heloísa Helena. O presidente do Senado, Garibaldi Alves, já enviou a representação para o advogado-geral do Senado, Alberto Cascais, que deverá apresentar um parecer sobre o assunto.

Garibaldi disse em entrevista que não cabe à Mesa decidir se será instalado ou não processo. “A Mesa não tem esse papel. Ela é notificada, e a representação segue para o Conselho de Ética, que a aceita ou não”, explicou.

Na representação, o PSOL informa que Marconi está sendo acusado, em processo na Justiça, de tráfico de influência, peculato e uso de caixa dois na campanha de 2006. Em outro inquérito, diz o texto, o senador é acusado também de tráfico de influência ao tentar orientar a desembargadora do Tribunal de Justiça de Goiás Beatriz Franco a decidir a favor da prefeitura de Itumbiara (GO) em um processo.

Em entrevista, Heloísa informou que o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), telefonou a ela na véspera, informando que Marconi Perillo enviará ao PSOL documentos com sua defesa.

Nota diz que direito de senador a ampla defesa não foi assegurado

A assessoria de Marconi Perillo (PSDB-GO) divulgou ontem nota à imprensa criticando a Procuradoria Geral da República por não ter ouvido o senador antes de oferecer denúncia contra ele ao Supremo Tribunal Federal (STF).

– Tivesse a PGR tido o cuidado de ouvi-lo, antes de apresentar a denúncia, até por respeito ao princípio constitucional de ampla defesa, não haveria a hipótese de exploração política do tema, como está acontecendo – acrescenta.

A nota sustenta que o senador por Goiás “tem a absoluta convicção de comprovar não ter pratica-



Nota sustenta que Marconi não praticou nenhuma irregularidade

do qualquer irregularidade”.

A assessoria do senador afirma ainda, no documento, que ele aguardará que a Mesa do Senado Federal e o STF se pronunciem sobre o assunto.

Entre as propostas destaca-se o descredenciamento definitivo de portador de cartão do governo, além da restituição em dobro do valor gasto irregularmente

Sub-relatores sugerem medidas para impedir abuso com cartões

Os sub-relatores de Sistematização e de Fiscalização da CPI Mista dos Cartões Corporativos, deputados Carlos Sampaio (PSDB-SP) e Índio da Costa (DEM-RJ), respectivamente, apresentaram ontem seus relatórios parciais com sugestões e “alternativas concretas” ao relator, deputado Luiz Sérgio (PT-RJ), no sentido de melhorar a fiscalização e dar um fim ao uso irregular e indiscriminado dos cartões de pagamento do governo federal.

Dentre as sugestões, destaca-se a recomendação de descredenciar definitivamente os portadores de cartões corporativos (autoridades e ecônomos) que façam uso abusivo do instrumento, além de cobrar a restituição em dobro do valor gasto.

Saques

Os deputados constataram que os gastos com cartões corporativos só aumentaram ano após



Na CPI Mista dos Cartões, Luiz Sérgio (E), João Pedro, Carlos Sampaio e Índio da Costa

ano. Na atual administração, por exemplo, saltaram de R\$ 3,6 milhões, em 2003, para R\$ 75,6 milhões em 2007.

– O governo federal, no ano de 2007, gastou esse montante com o uso dos cartões corporativos; ou seja, sem qualquer processo licitatório e, o que é pior, na sua maior parte, aproximadamente 60%, através de valores sacados em espécie, na boca do caixa. Ali-

ás, muitos foram os ecônomos de diferentes unidades gestoras que, para nossa surpresa, utilizaram-se do cartão exclusivamente na modalidade saque – observou Sampaio.

Com base nesses dados e em irregularidades flagradas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) os dois sub-relatores propuseram limitar os saques somente a casos excepcionais e específicos.

Arcebispo celebra missa em memória de Jefferson Péres

Ao participar ontem, no Salão Nobre do Senado, de missa em memória do senador Jefferson Péres (PDT-AM), morto na última sexta-feira, em Manaus, o presidente da Casa, Garibaldi Alves Filho, fez uma prece pedindo a Deus que o Legislativo “renasça das cinzas”.

Ele disse desejar que a morte de Jefferson se traduza, simbolicamente, num clarão capaz de ajudar o Parlamento brasileiro a conduzir-se num caminho de decoro, honradez e probidade.

O celebrante dom João Braz de Aviz, arcebispo de Brasília, mencionou durante a sua pregação o baixo percentual de credibilidade do Congresso Nacional.

Além de Garibaldi, participaram da celebração Mão Santa (PMDB-PI), José Nery (PSOL-PA), João Durval Carneiro (PDT-BA), Neuto de Conto (PMDB-SC), Marconi Perillo (PSDB-GO) e Arthur Virgílio (PSDB-AM). Os cantos da missa foram intepretados pelo Coral do Senado.

História do Legislativo e processos eleitorais

O cientista político Vamireh Chacon, a convite do senador José Sarney (PMDB-AP) e da Comunidade Virtual do Poder Legislativo – Interlegis, escreveu o livro *A história do Legislativo no Brasil*, lançado ontem no Senado.

A obra consumiu quase oito anos, entre pesquisa, escrita e revisões, até o seu lançamento. Em parceria com Klaus Rodarte, Vamireh Chacon visitou câmaras municipais e realizou muitas pesquisas em jornais.

Processos eleitorais

Por iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), foi lançado também ontem, na Biblioteca Luiz Vianna Filho, o livro *Processos eleitorais na América Latina 2005-2006*.

Composta de 16 ensaios, a coletânea foi organizada pelo jornalista e mestre em Ciência Política Nelson Freire Pentead e pelo doutor em Ciências Sociais Carlos Ugo Santander.

Márcia Kallume



Simon, ao lado de uma professora e uma aluna, fala a turma de escola paulista

Simon explica ação parlamentar a estudantes de Campinas

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) proferiu na manhã de ontem, no auditório do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), para alunos do primeiro ano do Ensino Médio da Escola Comunitária de Campinas (SP), uma aula sobre a atividade parlamentar e o Poder Legislativo. O objetivo do encontro, que acon-

tece anualmente, é explicar aos estudantes o papel do parlamentar e procurar incentivá-los a participar da política desde cedo.

Ao responder a uma pergunta sobre a reeleição, Simon afirmou que esse instituto é “um absurdo” e disse que sempre votou contra a sua adoção. Ele frisou que o Brasil

precisa parar de discutir o terceiro mandato para o Executivo e colocar em pauta problemas como a saúde e a educação. Em sua opinião, um partido que fica permanentemente no poder acaba governando de forma “relaxada”. Para Simon, uma das coisas boas da democracia é a alternância do poder.

Leopoldo Silva



Cristovam: "Um povo educado administra todos os problemas"

Cristovam questiona conceito de progresso

Existem derrotas nas aparentes vitórias da economia, e existem fracassos nos aparentes êxitos da sociedade brasileira. Um indicador considerado positivo pelo governo, a elevação na produção de veículos – que representa, entretanto, aumento dos engarrafamentos e dos acidentes e contribui para o aquecimento global –, é exemplo de como o conceito de progresso dos brasileiros é equivocado. A análise foi feita ontem pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que defendeu a educação como saída para o problema.

– A solução é mais profunda, exige uma revolução no conceito de progresso, uma mudança no produto que conseguimos tirar da economia. Esse novo rumo não virá se não for de radical revolução na educação do povo brasileiro. Um povo educado administra todos os problemas, inclusive os de trânsito – comentou.

Mário Couto aponta violência em ação no Pará

O líder da Minoria, Mário Couto (PSDB-PA), protestou contra "a forma aterrozante com que a Operação Arco de Fogo se expande" no Pará. A operação é realizada pela Polícia Federal e pelo Ibama. Ressaltando ser a favor da fiscalização e contra o desmatamento irregular, o senador afirmou, entretanto, não ser possível aceitar operações violentas com "caráter especificamente político".

Mário Couto criticou a postura da governadora Ana Júlia, do PT, que "assiste a tudo isso pacificamente, sem tomar qualquer providência".

Iniciativa que faz parte de projeto a ser apresentado pelo senador Cristovam Buarque recebe, em audiência pública, apoio de produtores e crítica do secretário de Incentivo à Cultura

Proposta de criar secretaria do teatro enfrenta resistência do governo

A proposta de criação de uma Secretaria Nacional do Teatro, apoiada por produtores teatrais durante audiência pública realizada ontem, não deverá ter o apoio do governo. A iniciativa foi criticada pelo secretário de Incentivo e Fomento à Cultura do Ministério da Cultura, Roberto Nascimento, durante o debate promovido pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e pela Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, vinculada à CE.

A criação da secretaria é um dos principais pontos do projeto de uma Lei Geral do Teatro, que deverá ser apresentado nos próximos dias pelo presidente da comissão, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), com o apoio de outros integrantes da CE. O texto estabelece ainda a concessão, até 2018, de incentivos fiscais para o patrocínio de obras teatrais cujos projetos tenham sido previamente



Sheila, Nicete Bruno, Roberto, Marisa Serrano, Paulo Pélico, Tânia Farias e Bianca Felippes

aprovados pela secretaria proposta.

Divergência

O diretor-secretário da Associação dos Produtores de Espetáculos Teatrais de São Paulo, Paulo Pélico, a atriz e produtora cultural radicada em Brasília Sheila Aragão e a produtora carioca Bianca de Felippes defenderam o projeto de Cristovam.

A proposta foi, porém, criticada por Tânia Farias, conselheira do grupo Redemoinho. Na sua opinião, o Estado deveria criar mecanismos de financiamento direto ao teatro e "não dar aos departamentos de *marketing* das grandes empresas o direito de

escolher onde será aplicado o dinheiro público". Por sua vez, a atriz Nicete Bruno defendeu maior união do setor e uma maior aproximação entre o teatro e as escolas.

Durante o debate, a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) considerou importante a criação da secretaria e defen-

deu a busca de uma solução que beneficie a desconcentração dos recursos e a indústria teatral. "Tire de Nova Iorque a Broadway para ver o que acontece com a sua economia", provocou.

Paulo Duque (PMDB-RJ) pediu aos convidados que enviem sugestões concretas para o aperfeiçoamento do projeto. E a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) observou que, depois dos incentivos concedidos pelo governo à indústria e à agricultura, o governo deveria estimular a cultura brasileira. A audiência foi presidida por Marisa Serrano e Cristovam Buarque.



"Zélia representou a força da mulher brasileira"

Sarney destaca homenagem a Zélia Gattai

José Sarney (PMDB-AP) registrou nos Anais do Senado trecho do pronunciamento que fez na Academia Brasileira de Letras (ABL) pela homenagem póstuma à escritora Zélia Gattai, que morreu no último dia 17.

"Zélia representou aqui a força da mulher brasileira, sua capacidade de criação e de acolhimento em sua plenitude. Nossa amizade durou muitos anos, desde que a conheci de mãos dadas com Jorge Amado, no fim da década de 60, quando já estavam juntos havia mais de 20 anos, haviam enfrentado o exílio e desfrutado do convívio dos maiores nomes do século, como Pablo Neruda", assinalou Sarney na ABL.

O senador recordou que faziam parte do ciclo de amigos de Jorge Amado e Zélia os escritores Nicolás Guillén, André Maulraux, Simone de Beauvoir, Jean-Paul Sartre e Ilya Ehrenburg e o pintor Pablo Picasso, entre outros.

Mão Santa faz elogio a livro de Paulo Paim

Mão Santa (PMDB-PI) registrou sua participação no lançamento, no Centro de Tradições Gaúchas de Brasília, do livro *Pátria Somos Todos*, de autoria de Paulo Paim (PT-RS). Ao elogiar o livro, Mão Santa recordou célebre frase de Rui Barbosa: "A pátria não é ninguém, somos todos".

– O Paulo Paim é uma espécie de Martin Luther King, ele é um autêntico. E tem também essa capacidade literária – disse.

Depois de sugerir ao PT que Paim "pode ser o Obama do Brasil", Mão Santa criticou o partido por ser "mãe dos banqueiros".

Quilombolas pedem mais parceria entre governo e sociedade

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) sobre a política do governo Lula para as comunidades quilombolas, debatedores pediram maior parceria e mobilização entre órgãos de governo e sociedade em ações voltadas para a implementação de programas que beneficiem os remanescentes de escravos.

As três horas de discussão foram, segundo o presidente do colegiado, senador Paulo Paim (PT-RS), importantes para dar maior visibilidade à questão não só dos quilombolas, mas



Johnny Santos, Pedro Sali, Paulo Paim, Maria Auxiliadora Lopes e Rui Santos

também às questões gerais de interesse do negro brasileiro.

A representante do Ministério da Educação, Maria Auxiliadora Lopes, afirmou que tem enfrentado sérios problemas na área educacional, principalmente com relação a parcerias

com estados e municípios. A mesma opinião tem Sandra Maria Braga, representante da região quilombola de Mesquita.

Também participaram da audiência a subprocuradora-geral da República Débora Duprat; Antônio Ramos, do Ministério das Cidades; Givânia Silva,

da Comissão de Articulação das Comunidades Quilombolas; Oráida Abreu, do Conselho Nacional de Promoção e Igualdade Racial; Johnny Santos, da Funasa; Rui Santos, da Regularização Territorial de Quilombos; e Pedro Sali, da UnB.

Senado vai debater situação na fronteira

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem requerimento de autoria de Papaléo Paes (PSDB-AP) para a realização de audiência pública

sobre as relações entre o Brasil e a França diante dos problemas que têm ocorrido na fronteira do estado do Amapá com a Guiana Francesa. A audiência deverá ser realizada em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Serão convidados para a audiência

o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim; o embaixador da França no Brasil, Antoine Pouillieute; o secretário especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo Vannuchi; e o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Amapá, Camilo Capiberibe (PSB).

Gerardo Magela